

Do ponto de vista de quem? Uma crítica à busca pelo consenso

*Point of view of whom?
A critical to search for consensus*

Danielly Cozer Aliprandi*

Discute-se aqui a busca pelo consenso diante das divergências existentes no processo participativo. Consenso envolve conciliar opiniões de diversos atores: cidadão, administração pública e especialistas. No mesmo grupo de cidadãos, a divergência de opiniões é grande. Buscou-se analisar o tema dentro dos conceitos de democracia e política, chegando-se ao termo dissenso, para o qual diferenças e conflitos são a base da prática democrática. Conflito é exatamente aquilo que o capitalismo tenta destruir. Identificou-se a existência, no processo de decisão, de aspectos indiscutíveis e flexíveis que permitem participação cidadã, e a necessidade de capacitação do cidadão para desenvolver autonomia, sendo capaz de participar das decisões.

Discuss here the search for consensus on differences in the participatory process. Consensus involves reconciling opinions of various stakeholders: citizens, government and experts. In the same citizens group the divergence of opinions is big. We sought to examine the issue within the concepts of democracy and politics, coming at the word dissent, for which differences and conflicts are the basis of democratic practice. Conflict is exactly what capitalism tries to destroy. Identified the existence, in decision process, flexible and undeniable aspects that allow citizen participation, and the necessity for empowerment of citizens to develop autonomy and to be able to participate in decisions.

Palavras-chave: Consenso. Dissenso. Política. Democracia. Participação cidadã.

Key words: Consensus. Dissent. Policy. Democracy. Citizen participation.

No processo participativo há o envolvimento de pessoas de diversas classes sociais, de pensamentos diferentes, de vontades diferentes, inclusive dentro de uma mesma classe social as vontades e opiniões são bastante divergentes. Mesmo diante de tamanha diversidade, a maior parte dos processos participativos têm caminhado para o mesmo erro: a busca por um consenso, uma ideia única que poderia agradar a todos ou a que seria a opção mais razoável. Trata-se de uma farsa, pois não se podem relacionar objetos que não têm relação. Segundo Portas (1982), quando a Carta de Atenas foi escrita, criou-se o princípio de que todos os homens deveriam viver da mesma maneira, porém hoje não é isso que os homens desejam, não querem viver da mesma forma. Aquilo que é importante para um pode não ser importante para outro, então uma opção é mais razoável do que a outra do ponto de vista de quem?

[...] o primeiro axioma da ‘filosofia política’, o da diferenças das

* Mestre em Arquitetura e Urbanismo pela UFES. Professora efetiva do curso Bacharel em Arquitetura e Urbanismo do IFF – campus Campos Centro. Campos dos Goytacazes/RJ - Brasil

desigualdades, o qual, desde Platão, assim se enuncia: o princípio de igualdade é dar coisas semelhantes aos seres semelhantes, e coisas dessemelhantes aos seres dessemelhantes (RANCIÈRE, 1996, p. 112).

A dificuldade em se chegar a um consenso está não apenas na diversidade dos indivíduos que compõem uma cidade ou o entorno de determinada área a ser trabalhada, mas está também na relação entre os interesses do poder público e os desejos e necessidades dos cidadãos. Outro ator que também se inclui nessa discussão é o técnico envolvido nas tomadas de decisões, como os arquitetos e urbanistas, com suas ideias e conhecimentos.

É muito comum dentro de um processo consensual, ou seja, onde se busque o consenso, existir uma hierarquia, determinada algumas vezes pelo conhecimento técnico. Aquele que possui o conhecimento no assunto em questão toma as decisões, a partir de seus modelos e o consenso político aprova sem muitas discussões. Essa é, muitas vezes, uma estratégia dos representantes políticos para pôr em prática aquela opção que mais lhe convém, aproveitando-se da ignorância, no sentido da falta de conhecimento e informação, da população. Eles se apoiam na fala de um técnico e a levam para a apresentação aos cidadãos como sendo a única solução. Se o arquiteto, por exemplo, disse que a melhor é esta opção, então é assim que deve ser. Mas será que este mesmo arquiteto levou em conta outros atores para elaborar sua proposta?

O especialista, detentor de determinado conhecimento, possui grande facilidade de argumentação na exposição de suas ideias e, nisso, utiliza-se de uma linguagem própria, técnica, desconhecida pela maioria dos cidadãos, negando a possibilidade de utilização de uma linguagem mais universal. Sem compreender corretamente o que lhes é apresentado e sem ter a capacidade de argumentar da mesma maneira, o cidadão é excluído numa divisão entre os que mandam e os que obedecem. Os políticos também possuem grande facilidade ou habilidade de argumentação e conseguem se eleger em torno de um bem formulado discurso ou mobilizam grande número de pessoas em torno de sua ideia. Mesmo o técnico, ainda que traga uma solução interessante para a população, mas que não esteja dentro dos interesses dos representantes de governo, não consegue levar à frente suas ideias.

Os projetos arquitetônicos e urbanísticos, muitas vezes têm sua imagem utilizada como publicidade, para fazer propaganda do que se pretende. Utilizam a bela imagem de um projeto que muitas vezes a população não compreende com exatidão, tentam convencer os cidadãos de que aquela é a melhor opção, ou argumentam até mesmo que aquela seja a única opção. O que poderia estar sendo utilizado para ajudar a população a compreender e a enxergar melhor o que está sendo proposto, como a exposição na mídia de maquetes eletrônicas, por exemplo, e assim ter base para poder expressar suas opiniões, acaba sendo utilizado como técnica publicitária (PORTAS, [198-?]). É possível perceber então que no consenso as partes já estão pressupostamente dadas

(RANCIÈRE, 1996). A população fica limitada a escolher entre as opções que lhe são dadas, com os argumentos que lhes são apresentados.

O que é apresentado à comunidade é atraente, chama a atenção, “enche os olhos” de quem vê. Dessa forma, o processo consensual: “Pretende objetivar os problemas, determinar a margem de escolha que comportam os saberes requeridos e os parceiros que devem ser reunidos para a sua solução” (RIBEIRO, 2003, p. 14). Essa relação Estado X sociedade X comunidade técnica e/ou acadêmica, assim estabelecidas, não possui bases democráticas. Numa real democracia o político deve se adequar ao modo de ser de uma sociedade, às suas necessidades, interesses e desejos.

Segundo Chauí (2006), a democracia é uma forma sociopolítica definida pelo princípio da isonomia e da isegoria¹.

[...] tendo como base a afirmação de que todos são iguais porque livres, isto é, ninguém está sob o poder de um outro porque todos obedecem às mesmas leis das quais todos são autores (autores diretamente, numa democracia participativa; indiretamente, numa democracia representativa). (CHAUÍ, 2006, p. 03-04).

Visto por esse ângulo, não se pode afirmar que o consenso seja um processo democrático, pois, se se limita as opções de escolha do cidadão, limita-se sua liberdade, seu direito de expor e discutir suas opiniões. A não correspondência entre o consenso e a democracia é defendida não só por Marilena Chauí (2006, p. 04) quando afirma que: “A democracia não é o regime do consenso, mas do trabalho dos e sobre os conflitos”, como também por Rancière (1996) ao afirmar que o motor da prática democrática é o conflito, o dissenso.

Porém, o conflito é considerado pelo capitalismo, hoje, como um perigo à sociedade, como desordem. Isso nada mais é que uma maneira de impedir a expressão de opinião dos diversos grupos organizados. Cria-se uma imagem dos movimentos sociais de baderneiros, de manifestações violentas, para na verdade justificar a própria violência que é utilizada como forma de conter tais movimentos. Estes são, algumas vezes, reprimidos com violência, com uso da polícia, antes mesmo de mostrarem a que vieram. Suas atitudes agressivas podem ser reflexos da maneira com que são recebidos. Vão à busca de um espaço público, onde suas questões possam ser ouvidas e discutidas.

O resultado disso é a formação de um cidadão incapacitado de exercer ou exigir seus direitos e geralmente desconhece os mesmos. Acredita naquilo que lhe é imposto como a melhor solução, pois qualquer tipo de questão apresentada é posta de lado antes mesmo de ser discutida. Outro resultado disso é a execução de projetos que não expressam o real desejo e/ou necessidade da população, e estes espaços por muitas vezes não são utilizados pelos cidadãos, tornando-se espaços vazios, em desuso, ou são apropriados de maneiras diferentes para as quais foram planejadas.

¹ O princípio da isonomia defende a igualdade dos cidadãos perante a lei e o da isegoria o direito de todos para expor em público suas opiniões, vê-las discutidas, aceitas ou recusadas em público.

A elaboração de projetos, neste caso, por arquitetos e urbanistas, sem a consulta e o envolvimento da população local não traduzem os reais anseios desta população. Normalmente, as propostas refletem anseios do próprio técnico envolvido no processo projetual, fechado em seu escritório e em sua prancheta. O profissional esquece que a paisagem é uma expressão morfológica das diferentes formas de ocupação, é o resultado de um processo social de ocupação e gestão de um território (AMORIM; TABGARI, 2006).

Os espaços assim projetados tornam-se fragmentados e esvaziados de significados, de encontros, de trocas e de fruição coletiva, podendo causar no usuário uma sensação de estranhamento, de alheamento, sem possibilidades de qualquer forma de identificação (PRONSATO, 2005). Quando o ambiente resultante desses projetos causa descontentamento por parte da população, esta se manifesta de várias formas, sendo uma delas a depredação, o descuido com o local (DEL RIO; OLIVEIRA, 1999). Outra forma de observar esse descontentamento é pela ausência de usuários no local.

Por isto, pode-se ir ainda mais longe e dizer que o consenso não apenas não se constitui em um processo democrático como é a própria supressão da política.

A política é para Rancière (1996) uma reunião de indivíduos ligados entre si, um modo de ser da comunidade que se opõe a outro modo de ser. A política é composta por grupos que se opõem, é uma relação de mundos ou ainda, como defende Hannah Arendt (2002 apud SERPA, 2007, p. 135): “A política trata da convivência entre diferentes. Os homens se organizam politicamente para certas coisas em comum, essenciais num caos absoluto, ou a partir do caos absoluto das diferenças”.

Importante destacar aqui a distinção entre desigualdade e diferença. A diferença valorizada pelo dissenso não tem nada a ver com desigualdade entre cidadãos. Há hierarquia no termo desigualdade, para o qual um é melhor ou pior que o outro, um manda e o outro obedece. Já o diferente é apenas diferente (SERPA, 2007). Para deixar a desigualdade para trás então, não se pode haver valoração.

Mas o termo dissenso, que se referencia aqui, vai muito além disso, muito além da valorização das diferenças:

A escolha desse termo, dissenso, não busca simplesmente valorizar a diferença e o conflito sob suas diversas formas: antagonismo social, conflito de opiniões ou multiplicidades das culturas. O dissenso não é a diferença dos sentimentos ou das maneiras de sentir que a política deveria respeitar. É a divisão do núcleo mesmo do mundo sensível que institui a política e sua racionalidade própria (RANCIÈRE, 1996, p. 368).

O dissenso não é apenas uma oposição entre o governo e as pessoas, mas é um conflito na própria configuração de mundo, é uma distribuição de espaços, de assuntos e de atores.

No consenso, a divisão se dá entre o que está dentro e o que está fora, ou melhor,

entre o que está incluído e o que está excluído. O que é feito no consenso nada mais é que mascarar essa divisão, como se todos estivessem juntos. Mas obviamente há exclusão quando se parte do princípio de que todos têm a mesma opinião, quando não se incluem todos os problemas e todas as partes. Ao contrário do que se tenta mostrar, exclusão é apenas outro nome para consenso (RANCIÈRE, 1996).

Alguns autores não são tão radicais como Rancière, por exemplo, quanto à possibilidade de se chegar ao consenso. É o caso de Habermas (1994) apud Ribeiro (2003), que acredita que possa existir uma negociação entre o Estado e os cidadãos, um diálogo pelo qual se possa chegar a um consenso, a uma ideia que satisfaça a ambas as partes, sendo necessário que todos saibam fazer concessões.

Isso certamente seria possível, em alguns casos, se nesse diálogo todas as partes fossem realmente ouvidas, o que não é a realidade da sociedade brasileira, ao contrário, como discutido anteriormente, o Estado possui mecanismos para silenciar os movimentos que tentam, de alguma forma, participar das decisões incluindo suas necessidades e opiniões. Além disso, esse diálogo costuma ser manipulado pelos governantes e pelos técnicos participantes, com seus inúmeros argumentos apresentados a uma população leiga e desinformada e que, por essa razão, não possui argumentos suficientes para discordar e mostrar novos caminhos.

Há algumas questões indiscutíveis, isto não pode ser negado, o que Portas (1982) chama de aspectos rígidos. Como exemplos desses aspectos podem ser citados as questões ambientais, certos serviços urbanos, como coleta de lixo e transporte, aquilo que for patrimônio da humanidade e importante para o futuro. Nessas questões, há realmente a necessidade de avaliação e o parecer de técnicos, ou melhor, de uma equipe técnica, com especialistas de diversas disciplinas para uma avaliação mais completa e segura sobre determinado assunto.

Em contrapartida há outros aspectos, também segundo Portas ([198-?]), que dão margem a diversas interpretações. Por isso, no planejamento urbano, o autor defende a elaboração de três tipos de planos, o plano do sim, o do não e o do talvez:

O *sim* é aquilo que há consenso para se dizer o que é que deve ser feito. O *não* são aquelas coisas em que a generalidade da população – não quer dizer todos, nunca são todos – pede a nós, Estado, município, planejadores que trabalham para o município. Que seja rígida ao defender aquilo, porque aquilo é patrimônio de todos, e é precioso para o futuro. E depois o *talvez*, que é a nossa arma para a flexibilidade, para a negociação, para a captação de oportunidades (PORTAS [198-?], p. 13).

O que Portas defende na verdade é que haja uma flexibilidade no planejamento, mas sem abrir mão do que é o consenso coletivo.

Ao se trabalhar com os aspectos que permitem interpretações variadas é que a

participação do cidadão deve ser efetiva. É preciso dar autonomia às pessoas na tomada de decisões. Mas não pode haver autonomia sem capacitação, sem informação. Isso não quer dizer ensinar, para que não haja hierarquia nesse processo. O que há é a troca de informações entre a comunidade e os técnicos envolvidos, cada qual tem sua contribuição a fazer. O que a comunidade necessita é de informação para obter capacidade de julgamento, de discernimento na escolha da melhor alternativa.

Autonomia significa, antes de tudo, dar voz e instrumentalizar os diferentes agentes/grupos na gestão deste processo. Não pode haver autonomia sem capacitação, sem informação, sem diálogo ou conflito. Autonomia deve significar a busca (política) de soluções que explicitem as diferenças, sem ocultar nem hierarquizar as diferentes vontades/identidades (SERPA, 2007, p. 140).

Nesse sentido, o processo participativo não pode limitar-se a apenas desenvolver pesquisas sobre o local e sobre diversos paradigmas e à elaboração de propostas e sugestões de projetos, mas antes disso é importante que haja um processo de capacitação dos cidadãos envolvidos para melhor perceber o espaço e, assim, desenvolver diagnósticos sobre o mesmo. Entende-se capacitar como, segundo Gonçalves (2005), reconhecer, identificar e expressar-se em diferentes linguagens (documentos escritos, plantas, desenhos etc.); identificar problemas, sintetizar e organizar dados; formular soluções em linguagem compreensível e argumentar a favor de seus princípios; avaliar a aplicabilidade das soluções elaboradas; identificar etapas do processo e avaliá-lo; interagir, estar apto a relações dialógicas considerando sentimentos, necessidades e demandas diversas e incluir ideias de outros na composição do próprio pensamento.

A chave para o sucesso de um processo participativo é assumir as diferenças e estabelecer um diálogo e uma convivência entre os diversos atores. Isso é possível ao “entrar” no mundo da comunidade, tornando-se capaz de entender seu modo de vida e de enxergar aquele lugar, e ao transformar o anônimo em objeto de estudo e de interesse, sendo transparente com a comunidade com relação às técnicas e aos instrumentos utilizados em cada situação. Trata-se do estabelecimento de uma rede de relações entre grupos de saberes interdisciplinares, com técnicos de diferentes disciplinas (arquiteto, geógrafo, psicólogo etc.), grupos da comunidade de diferentes identidades (igrejas, associações de bairros etc.) e a administração pública.

Referências

AMORIM, F. P.; TABGARI, V. A. (trans) formação da paisagem urbana: bairro Belvedere – Belo Horizonte, MG. *Paisagem Ambiental*, São Paulo, n. 22, p. 74-84, 2006.

ARISTÓTELES. *A política*. São Paulo: Escala. [19--?].

- CHAUÍ, M. *Democracia e transparência*. 2006. Disponível em: <http://www.pauloteixeira13.com.br/boletins/boletim37_leitura.htm>. Acesso em: 25 mar. 2009.
- DEL RIO, V.; OLIVEIRA, L. (Org.). *Percepção ambiental: a experiência brasileira*. 2.ed. São Paulo: Studio Nobel, 1999.
- FREITAS, A. O sensível partilhado: estética e política em Jacques Rancière. *História: questões e debates*, Curitiba: UFPR, n. 44, 2006, p. 215-220.
- PORTAS, N. Tendências do urbanismo na Europa: planos territorial e local. *Óculum*, Campinas, n. 3, p. 04-14, mar. [198-?].
- PRONSATO, S. A. D. *Arquitetura e paisagem: projeto participativo e criação coletiva*. São Paulo: Annablume, 2005.
- RANCIÈRE, J. *O desentendimento: política e filosofia*. São Paulo: 34, 1996.
- RANCIÈRE, J. O dissenso. In: NOVAES, A. (Org.). *A crise da razão*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 367-382.
- RIBEIRO, S. L. S. Dissenso e (re)criação do espaço público. *Zona de Impacto*, v. 5, 2003. Disponível em: <<http://www.albertokinscaldas.unir.br/textos.html>>. Acesso em: jul. 2009.
- SERPA, A. A trama de relações sócio-espaciais nos bairros populares de Salvador, Bahia. In: _____. *Cidade popular: trama de relações sócio-espaciais*. Salvador: EDUFBA, 2007. cap. 01, p. 09-24.
- SERPA, A. Metodologia sem hierarquia. In: _____. *Cidade popular: trama de relações sócio-espaciais*. Salvador: EDUFBA, 2007. cap. 07, p. 135-141.
- SCHWEIZER, P. J. et al. *Planejamento participativo na reestruturação urbana*. Rio de Janeiro: Coleção AFABE, 2000. v. 1.

Artigo recebido em: 31 jul. 2012
Aceito para publicação: 20 ago. 2012